
TERMO DE REFERÊNCIA nº

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO C DO PROGRAMA ARPA.

Setor/Órgão/UC : UCP/MMA

Brasília, 14 de dezembro de 2021

apresentação, objetivo, justificativa da contratação, produtos e prazos de entrega.

1. OBJETIVO

O objetivo desta contratação de serviços de consultoria pessoa jurídica é a elaboração do Relatório C do Programa Áreas Protegidas da Amazônia- ARPA, constituído pelo Plano Bienal de Necessidades Financeiras do Programa ARPA.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O Programa Arpa

O Programa ARPA é um programa do Governo Federal, criado em 2003 e implementado em parceria com órgãos de meio ambiente estaduais da Amazônia, instituições privadas e sociedade civil para promover a conservação de áreas protegidas na Amazônia em bases sustentáveis.

Um dos objetivos do Programa ARPA é consolidar, no mínimo, 60 (sessenta) milhões de hectares de Unidades de Conservação (UCs) no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

Efetivamente, os resultados são alcançados pela combinação da adoção de metas claras para elementos específicos da gestão de UC (proteção, planos de manejo, conselhos gestores, outros), que se traduzem em uma gestão efetiva vis-à-vis à conservação da biodiversidade, atrelada a uma fonte segura de financiamento, garantindo o apoio à expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia e a integração das UC com as populações beneficiárias e residentes em seu entorno.

Este programa representa a principal estratégia de conservação da biodiversidade para o Bioma Amazônico, garantido a efetividade de parte significativa do SNUC, figurando como parte importante das políticas de prevenção e combate ao desmatamento ilegal e buscando manter bases ecológicas para o desenvolvimento do país.

O Programa encontra-se na fase III, que teve início em 2015, com a implementação de uma nova estratégia financeira para o ARPA, o Fundo de Transição, que prevê uma transição gradual do financiamento privado (doações) para o financiamento público.

O Fundo de Transição, é representado por um “sinking fund”, extingüível a longo prazo, formado com recursos de diversos doadores nacionais e internacionais, que pretende prover recursos de forma decrescente, enquanto o aporte de recursos governamentais é elevado gradativamente até a cobertura integral dos custos do Programa ARPA pelos órgãos gestores governamentais, ao longo de 25 anos.

Atualmente o programa apoia 120 Unidades de conservação na Amazônia. São áreas federais e estaduais, com características e demandas diferentes. Para apoio a gestão dessas áreas o Programa Arpa desenvolveu classificação e métodos específicos para planejamento e gestão dos recursos que subsidiam o seu alcance de objetivos.

A estrutura operacional do Programa considera níveis diferenciados de consolidação de UCs – Grau I e Grau II. A consolidação pode ser entendida como alcance de metas específicas do Programa e cada um desses níveis recebe apoio financeiro diferenciado por Marcos Referenciais (MRs). Os Marcos Referenciais vinculam cada atividade desenvolvida na gestão das UCs com metas estabelecidas para o Programa ARPA – exemplo: Plano de Manejo Elaborado, Conselho Gestor Oficialmente Constituído, Gestão Participativa, Plano de Proteção Implementado, Sinalização da UC realizada, etc.

A sustentabilidade financeira do Programa ARPA é um ponto chave desta estratégia, para tanto foram desenvolvidos modelos customizados para o planejamento de recursos do Programa, visando um arranjo financeiro que permita o aporte de recursos necessários à consolidação e manutenção das UCs apoiadas pelo Programa ARPA no longo prazo, junto com a uma expectativa de implantação de mecanismos que permitam o aumento gradual e de longo prazo do aporte de recursos pelos governos federal e estaduais.

Justificativa

Conforme disposto no Manual Operacional do ARPA, além do acompanhamento e da avaliação contínua realizados ao longo da execução do programa, tem-se periodicamente a elaboração de relatórios com objetivos e públicos diferentes e cuja responsabilidade de elaboração divide-se entre o coordenador e o gestor do programa de acordo com os insumos a serem coletados.

Dentre os citados relatórios, o presente TDR restringe-se à elaboração do **Relatório C**, que constitui o Plano Bienal de Necessidades Financeiras do Programa ARPA, sendo submetido ao Comitê do Fundo de Transição-CFT a cada dois anos para deliberação dos recursos a serem alocados no planejamento dos Planos Operativos.

Sabendo-se que o Relatório C deve ser apresentado ao CFT até o dia 20 de janeiro de 2022, visando o cumprimento do cronograma do ciclo de planejamento, que teve suas datas adaptadas em razão da situação de pandemia nesse último biênio, foi acordado entre o MMA e o FUNBio a possibilidade de elaboração do referido relatório aproveitando-se os trabalhos de consultoria que já se encontram em curso com o gestor do fundo. A consultoria em questão é a revisão do Modelo de Custos, cujos dados são elementos fundamentais para o Relatório C. Considerando-se o conhecimento e esforço de análise desenvolvido na revisão do Modelo de Custos, a coordenação do programa e o gestor do fundo concordaram em adicionar a elaboração do referido relatório à consultoria que está em desenvolvimento neste momento, com a validação pela UCP MMA.

3. ESCOPO DO TRABALHO/ATIVIDADES/PRODUTOS -

A contratação da consultoria destina-se à elaboração do Relatório C que constitui o Plano Bienal de Necessidades Financeiras do Programa ARPA. Portanto, espera-se como **produto único** da consultoria **o Relatório C bem como os seus anexos**, conforme **escopo** e estrutura a seguir:

1. APRESENTAÇÃO (opção por recorte temporal a partir da fase 3 e históricos anuais cumulativos para facilitar a transparência e uso dos dados).

2. ALTERAÇÕES NO PLANO DE CONSOLIDAÇÃO

Desafios em alcançar a consolidação até dez 2019, conforme PC anterior.

- Proposta de revisão no PC, com base na projeção de consolidação das UCs
- Validação pelo CFT
- Pactuação de novo PC em 2019

3. AVANÇOS NA CONSOLIDAÇÃO

- Resumo da informação do Rel B (gráficos de nº de UCs por estágio de consolidação)

4. RECURSOS INVESTIDOS E ESTIMADOS POR OG

- Recursos Investidos:
 - Contrapartida Governamental não salarial por ano entre 2014 e 2020, por OG, e por Categoria de Gasto (investimento/Manutenção) Tabela detalhada no anexo e Gráficos no corpo do texto (1 - consolidado por ano por categoria de gasto ex: Fig 6 rel C 2019 e 2 – consolidado por OG por ano ex: Fig 13 rel B 2021);
- Recursos Estimados:
 - No corpo do documento: Tabela de recursos projetados por OG (Contrapartida) para 2022 e 2023. No anexo tabela detalhada de recursos projetados por OG (Contrapartida) entre 2022 e 2039.

5. RECURSOS INVESTIDOS E ESTIMADOS PELO FUNDO DE TRANSIÇÃO

- Recursos Investidos:
 - Execução do Fundo de Transição por ano entre 2014 e 2021, por OG. Tabela detalhada no anexo (ex tabela 10 do rel B 2021) e Gráficos no corpo do documento (ex figura 12 do rel B 2021)
- Recursos Estimados:
 - No corpo do documento: 1. Tabela de recursos projetados por OG (Fundo de Transição) para 2022 e 2023 e 2. Tabela de recursos projetados por componente (criação, consolidação e manutenção) para 2022 e 2023. No anexo tabela detalhada de recursos projetados por OG (Fundo de Transição) entre 2022 e 2039.

6. RECURSOS INVESTIDOS E ESTIMADO TOTAL DO PROGRAMA

- Recursos Investidos: Recursos executados de contrapartida e FT por ano entre 2014 e 2020 (Exemplo tabela 12 do rel B 2021, abaixo)
- Recursos Estimados: Recursos projetados de contrapartida e Fundo de Transição para período de 2021 a 2039, no mesmo formato da tabela 12)

Tabela 1212 – Custo Global

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------------------|----------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Contrapartida | - | 14.056.654 | 18.552.453 | 16.661.309 | 31.305.312 | 19.438.579 | 32.261.030 | 39.372.129 | 48.797.392 | 33.946.819 | 41.254.907 |
| Execução | 281.860 | 2.698.634 | 4.210.754 | 9.725.579 | 11.875.541 | 18.730.522 | 31.923.674 | 35.518.667 | 40.144.854 | 36.653.947 | 37.121.590 |
| Custo total | 281.860 | 16.755.288 | 22.763.207 | 26.386.888 | 43.180.852 | 38.169.102 | 64.184.704 | 74.890.796 | 88.942.246 | 60.347.449 | 78.376.497 |

- Outras análises, se necessário, considerando o apresentado no rel C de 2019 e os aprimoramentos nas modelagens

ANEXO 1 – PLANO DE CONSOLIDAÇÃO (pode ser link para o site)

ANEXO 2 – UCS APOIADAS PELO ARPA (pode ser link para o site)

Atividades:

- 1) Elaboração do Relatório C conforme descrito no escopo e estrutura descrita acima;
- 2) Reunião com a UCP/MMA e FUNBIO para apresentação da versão preliminar do Relatório C junto à UCP;
- 3) Ajustes no Relatório C, a partir das considerações da UCP/MMA e do FUNBIO;
- 4) Entrega da versão do final do Relatório C até o dia 17/01/2022.

4. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA

A consultoria deverá cumprir e realizar as atividades descritas, apresentando como resultado o produto especificado no prazo relacionado, conforme tabela a seguir:

| Nº | Produto | Prazo de entrega | % do valor do contrato |
|----|--|------------------|------------------------|
| 1 | Relatório C e seus anexos, (conforme especificado no item 3) | 17/01/2022 | 100% |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

O produto será faturado mediante aprovação da contratante. Para efeito de revisão será considerada uma revisão do MMA e do Funbio e uma revisão de ajustes do consultor.

O Funbio e o MMA terão 10 dias para avaliação e aprovação do produto. O consultor terá 5 dias para incorporação de ajustes e melhorias apresentadas pelo Funbio e MMA.

As atividades descritas neste TdR serão desempenhadas até o dia 17/01/2022, de acordo com o cronograma acima.

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei.

O consultor deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio e MMA, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br e arpa@mma.gov.br), quando devidamente aprovados.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (quando empresa: nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

É recomendado que os produtos sejam entregues em formato digital, (ex.: e-mail, we transfer, drive ou outra aplicação digital), em arquivos abertos e editáveis (formato Word e Excel).

Todos os arquivos de trabalho do projeto de revisão dos modelos deverão ser entregues para o MMA Funbio nos formatos originais.

6. QUALIFICAÇÃO

Os serviços acima descritos neste TdR serão desempenhados por pessoa jurídica com equipe técnica, cujo profissional responsável pelo trabalho deve ter nível superior em economia ou área afim a temática do trabalho, sendo um profissional de nível sênior com mais de 10 anos de formação e experiência na área do projeto, além disso, o trabalho deve contar com equipe formada por um profissional pleno e um desenvolvedor em Excel.

Os profissionais devem apresentar experiência na área de criação de modelos matemáticos e habilidade com a ferramenta Excel.

É desejável que o profissional tenha experiência com modelagens para a área de conservação do meio ambiente, em particular em trabalhos relacionados com Unidades de Conservação.

7. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Os responsáveis técnicos pela análise e aprovação do produto desta contratação serão o Funbio e o MMA, por meio de seu corpo técnico designado, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços deste termo de referência.

8. ANEXOS

ANEXO 1 – MODELO DE CURRÍCULO SUGERIDO

Visando a qualidade da análise comparativa dos currículos, sugerimos que o currículo não ultrapasse 03 páginas, fonte Times New Roman 10. Não pode ser currículo Lattes.

Abaixo um Modelo de apresentação de currículo.

- Dados pessoais (nome completo, data de nascimento, endereço, telefones de contato e e-mail).
- Atividade atual.
- Formação acadêmica (começar a partir da mais recente).
- Pós-graduação (instituição, ano, título da monografia/dissertação/tese e orientador).
- Graduação (instituição e ano).
- Atuação profissional (começar a partir da mais recente) Instituição, local, cargo, ano e tempo de trabalho, vínculo institucional e atividades desenvolvidas.
- Produção técnica associada ao objeto da proposta.
- Projetos de pesquisa (se for o caso), ano, título, local onde se desenvolveu o trabalho, coordenador e instituições envolvidas.
- Produção científica.
- Dados complementares que não se enquadram em nenhum item anterior e que tenham relação com as qualificações exigidas no edital de contratação.